
A REGIONALIZAÇÃO EM MATO GROSSO: CONTROVÉRSIAS, INTENÇÕES E CONSEQUÊNCIAS NA REGIÃO DE PLANEJAMENTO DE CÁCERES

THE REGIONALIZATION IN MATO GROSSO (BRAZIL): CONTROVERSIES, INTENTIONS AND CONSEQUENCES IN THE CÁCERES PLANNING REGION

José Carlos de Oliveira Soares¹
Ruy Moreira²

RESUMO: No debate sobre o desenvolvimento das regiões do Estado de Mato Grosso, o tema regionalização torna-se pauta importante. Assim, este estudo objetivou demonstrar as bases teóricas que ensejaram o processo de regionalização da Região de planejamento de Cáceres-MT e, a partir disso, apontar as possíveis controvérsias, intenções e consequências políticas e econômicas presentes nessa regionalização. A metodologia consta de roteiro de campo na região para aferir impressões, além de análises de fontes com suporte em papel (livros, dissertações, teses) – uso secundário – e em meio eletrônico (materiais digitais e internet). Fontes oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN-MT) também foram consultados. Os resultados mostram que o processo de montagem da Região de Planejamento de Cáceres tem servido para camuflar distorções socioeconômicas intra-regional.

Palavras-chave: Regionalização. Regiões de planejamento. Distorções intra-regional. Região de Cáceres-MT.

ABSTRACT: In the debate on the development of the regions of Mato Grosso, the theme regionalization becomes important agenda. This study aimed to demonstrate the theoretical foundations that gave rise to the process of regionalization of Cáceres-MT planning Region and, from that, point out the possible controversies, intentions and political and economic consequences present in this regionalization. The methodology consists of field script in the region to measure impressions. As well as sources of analysis with paper support (books, dissertations, theses) - secondary use - and in electronic media (digital and internet materials). Official sources such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the State Secretariat for Planning (SEPLAN-MT) were also consulted. The results show that the assembly process of Cáceres Planning Region has served to camouflage intra regional socio-economic distortions.

Key words: Regionalization. Planning regions. Intra-regional distortions. Cáceres-MT region.

1 Professor Adjunto do Curso de Geografia, Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: josecarlosgeografia@gmail.com

2 Professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: ruymoreira@uol.com.br

APRESENTAÇÃO

No contexto dos debates sobre o desenvolvimento e dinâmica das cidades do Estado de Mato Grosso, é bastante recorrente comparações entre algumas cidades que na atualidade se mostram “ricas” e atraentes para o atual paradigma do desenvolvimento capitalista no Brasil por que, ancorados no agronegócio muito contribuem para os saldos positivos da balança comercial do País e do Estado, com outras cidades que, ao contrário, são taxadas de estagnadas.

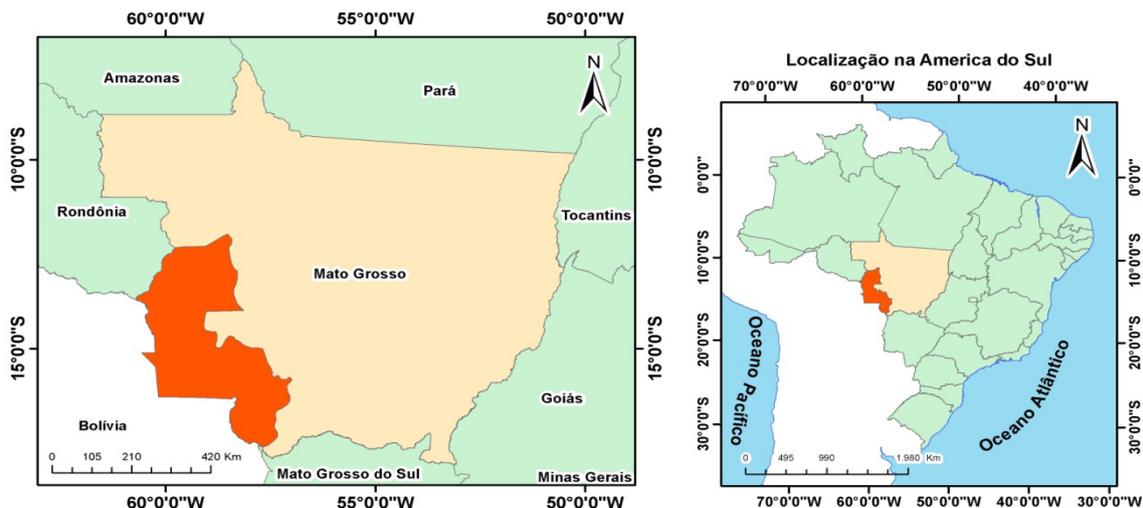
Assim, as comparações são recorrentes no Estado, à medida que se especulam as razões e as alternativas para essa problemática. Este é o caso das constantes comparações entre as cidade localizadas no Chapadão dos Parecis com a cidades localizadas formadas a partir de Cáceres, cuja origem remonta ao programa Marcha para o Oeste, após os anos de 1960.

No espaço mato-grossense, o conjunto dos 141 municípios que compõem a sua estrutura administrativa tem a sua origem vinculada a um dos ciclos econômicos que se desencadearam no Estado. Especificamente os municípios da Região de Planejamento de Cáceres, o surgimento dos núcleos urbanos decorre de três períodos socioeconômicos distintos e complementares: aqueles surgidos no século XVII, por ocasião da consolidação da fronteira portuguesa frente aos espanhóis, como é o caso de Vila Bela da Santíssima Trindade e Cáceres; os que surgiram entre as décadas de 1950 a 1970, quando ocorreu a ocupação de terras devolutas no sudoeste mato-grossense, sendo este o caso de Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Jauru, Figueirópolis, Indiavaí, entre outros e, por último, aqueles que o surgimento coincide com a ocupação do Chapadão dos Parecis, motivados pela abertura da fronteira agrícola no cerrado e na Amazônia Legal.

Em conjunto, estas cidades organizam uma dinâmica socioeconômica pautada nas contradições. Os municípios que surgiram com o advento de programas oficiais nas décadas de 1960/1970, tiveram sua origem na produção de uma agricultura de base familiar. Em seguida, entraram em um processo de estagnação a partir da abertura de outras fronteiras agrícolas, ao mesmo tempo em que a pequena propriedade cedeu lugar às grandes propriedades para a prática da pecuária. Ao contrário, as cidades que surgiram a partir das monoculturas de exportação (especialmente da soja), passaram a experimentar expressivos sinais de desenvolvimento econômico; desenvolvimento este expressado especialmente nos números do Produto Interno Bruto (PIB).

Em se tratando da análise da regionalização em Mato Grosso e o que isso enseja em termos das intenções políticas e suas consequências na Região de Planejamento de Cáceres, esta pesquisa se propõe ao alcance das seguintes metas: discutir os conceitos da categoria região construídos ao longo de consolidação da ciência geográfica, apontando a sua relação com regionalização como efeito e instrumento de análise desta categoria; Demonstrar as bases teóricas que ensejaram o processo de regionalização e as características dos recortes regionalizados; analisar a Região de planejamento de Cáceres em suas principais características naturais e socioeconômicas e, a partir disso, apontar as possíveis controvérsias, intenções e consequências presentes nessa regionalização.

A abordagem da problemática relativa à regionalização de Mato Grosso teve como recorte a Região de Planejamento de Cáceres (Figura 1)



Fonte: Adaptado de Soares (2014)

Figura 1. Mapa de Localização da Área de Estudo: Região de Planejamento VII no Estado de Mato Grosso

A Região de Cáceres-MT, inserida na Região de Planejamento VII, instituída pela SEPLAN, localiza-se no sudoeste de Mato Grosso. Sobre o contexto geral da Região VII, esta é composta por 22 municípios, distribuída numa área de 117 mil Km², que corresponde a 13% do território estadual, alcançou em 2010, a densidade demográfica de (2,6 Hab./Km²) que é inferior à do Estado (MATO GROSSO, 2013).

Para alcançar os objetivos propostos, o método na lógica analógica-dedutiva. O raciocínio por analogia se baseia no princípio que o universo e tudo dentro dele é uniforme e que condições iniciais semelhantes produzirão resultados semelhantes. O raciocínio lógico-dedutivo consiste em provar a veracidade de uma declaração exclusivamente baseado na veracidade de outras declarações (SPOSITO, 2004).

A metodologia enquanto técnicas empregadas para coleta de dados se pautou no circuito: primeira empiria para colher as impressões problematizadoras, volta ao turno de gabinete levantamento bibliográfico, pesquisa documental, quantificação e correlação de dados, para esmiuçar informações pertinentes à realidade visitada. A análise em dados oficiais constou de verificação dos indicadores socioeconômicos e periodizados por município, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso e Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura e do Planejamento e Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso. Dados secundários foram utilizados objetivando mostrar evidências empíricas e hipóteses levantadas. Nesta etapa da metodologia, as comparações realizadas em nível de gabinete foram decisivas para o entendimento dos aspectos da regionalização em Mato Grosso, compreendendo intenções e consequências políticas e econômicas inerentes a processo na Região de Planejamento de Cáceres.

REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A Região: matrizes teóricas e desdobramentos

Diariamente, mesmo longe das especulações acadêmicas, quando deparamos com a expressão “região” imediatamente vem-nos à mente a ideia de um recorte do espaço onde se materializa um fato ou fenômeno e/ou como unidade administrativa onde o aparato estatal organiza suas estratégias políticas no sentido da gestão.

Para Gomes (2009), o termo região inicialmente está ligado à expressão *regione*, dos tempos do Império Romano, e era utilizado para designar áreas que estavam subordinadas às diretrizes gerais das magistraturas sediadas em Roma. Nesse sentido, o conceito inicial do termo se confunde com a ideia de uma demarcação jurisdicional, ou seja, uma área delimitada para circunscrever o raio da intervenção administrativa.

No período moderno, a problemática ligada à região tornou-se tema de debate para fazer frente aos desafios de unidade regional contra inimigos nos planos comercial, cultural ou militar. Um exemplo da emergência desse tema pode ser verificado à época da unificação alemã, cuja unificação se fazia emergente dado a estagnação econômica que está se encontrava em função, principalmente, da desagregação territorial e que repercutia na fragilidade da capacidade de estabelecer estratégias para a administração do território (MORAES, 2005). Corroborando com essa assertiva Gomes (2009, p. 51 e 52) assinala que “nos diversos relatos históricos referentes à constituição dos estados europeus, podemos observar com clareza a complexidade das negociações e dos conflitos que envolveram a redefinição do poder, da cultura, das atividades produtivas e dos limites territoriais”.

Na intersecção entre a definição inicial do conceito com o processo histórico de constituição e organização dos Estados, pode-se concluir que o termo região associa-se a duas grandes dimensões discursivas que, a nosso ver, posteriormente será o cerne do debate epistemológico em torno do conceito de região: de um lado, o conceito como método fundado no campo das implicações políticas dos séculos XVIII e XIX na Europa (MORAES, 2005), ensejando as especulações da região como paradigma teórico; de outro, o componente espacial, que dá azo às inúmeras formulações da regionalização como recorte metodológico de atuação do pesquisador e também como recorte do espaço destinado às estratégias políticas e econômicas do Estado.

No cômputo das emergências territoriais vividas na Alemanha do final do século XVIII e início do século XIX, Karl Ritter define a Região a partir do conceito de “sistema natural”.

Segundo Moraes (2005, p. 48-49).

Ritter define o conceito de “sistema natural”, isto é, uma área determinada dotada de uma individualidade. A Geografia deveria estudar estes arranjos individuais, e compará-los. Cada arranjo abarcaria um conjunto de elementos, representando uma totalidade, onde o homem seria o principal elemento. Assim, a geografia de Ritter é, principalmente, um estudo dos lugares, uma busca da individualidade destes.

O foco regional ganha conteúdo no método de análise proposto por Ritter. Segundo ele, para se compreender o objeto geográfico, eram delimitadas áreas que seriam estudadas a fim de identificar as suas individualidades. Na sequência, a comparação.

Com a análise e a comparação de cada área, seria construída a teoria de cada região. De acordo com Moreira (1997, p. 21).

Obtém-se com isto a individualidade de cada área, isto é, a construção teórica da região, que Ritter concebe a maneira de recorte de uma unidade de espaço maior, sendo uma unidade em si, ao mesmo tempo em que a parte diferenciada do conjunto maior da superfície terrestre.

Os primeiros debates sobre o tema em análise se materializa em torno do conceito de região natural. Este se fez necessário ante as demandas por um inventário dos recursos naturais existentes para atender as necessidades da indústria, nascida da Revolução Industrial, juntamente com a crescente busca por matéria-prima (LENCIONI, 2009).

Mas adiante na história, surge a acepção de região geográfica. Este novo debate envolvendo o temário regional tem filiação na escola francesa e remonta às alusões de Vidal de La Blache ao mosaico de paisagens observadas na França por ocasião da produção do *Tableau de La Geographie de la France*, em 1903.

Em La Blache a região é entendida como área cuja caracterização é o resultado da intersecção dos fenômenos naturais e humanos em uma dada porção do espaço. Essa conexão envolvendo o quadro natural e as práticas socioculturais confeririam singularidades regionais que se retratariam na paisagem. Daí os “blocos de paisagem” constituir-se-iam nas diversidades regionais; objeto de interesse da pesquisa geográfica (MOREIRA, 2010).

É interessante observar que a partir de La Blache a Região ganha um conteúdo cultural, e isso por sua vez, indicam novas perspectivas de compreensão do recorte espacial. Neste caso, a escala de análise perpassa o puro domínio da natureza e estende-se e se limita na abrangência da coesão do “Gênero de Vida”.

Vê-se que no âmbito da Geografia Clássica o temário geográfico foi por excelência a região. Neste período, se consolidaram os conceitos de região natural e, na sequência, a região geográfica.

Mas adiante, outra grande contribuição em torno do debate sobre a região vem de Hetner (1859-1942, citado por Gomes (2009), à medida que, ao fazer um retorno a Ritter, revigora esse temário no debate geográfico. Para Gomes (2009), a Geografia de Hetner está voltada para o estudo da superfície da Terra segundo as suas diferenças regionais. Assim, a Terra, seria entendida a partir das peculiaridades de funcionamento de cada unidade de paisagem.

Alguns conceitos importantes são incorporados na acepção de Hetner, quais sejam: localização, distribuição e funcionamento, este último entendido na semântica da inter-relação dos objetos da paisagem. Desta forma, vê-se que o conteúdo regional torna-se mais fluido em Hetner e, por conseguinte, suas análises também pressupõem outros olhares uma vez que, de acordo com Castro, Gomes e Corrêa (2009), trata-se de interpretar as formas regionais como o resultado de uma dinâmica complexa. Esta linha de pensamento encontra forte filiação em Hartshorne através do livro “A natureza da Geografia”, onde esse autor enfatiza o estudo das diferenças regionais.

Com Hartshorne os conceitos de área e diferença identificam a região. A área é o plano escalar que informa o limite de coesão entre as variáveis que produzem certa identidade no espaço, e a diferença é o conteúdo produzido por essas variáveis. Assim, a região é produto do movimento de manifestação dessas diferenças na superfície terrestre. E é esse movimento o ponto de interesse de investigação do geógrafo. Neste sentido, a região se apresenta muito mais como enfoque metodológico do pesquisador (MOREIRA, 2010; GOMES, 2009).

Já no paradigma Neopositivista, a região para geógrafos como Schaefer (1953), ganha um novo conceito com a “região homogênea”. Está nesse conceito o entendimento da uniformidade regional, em função das características físicas, econômicas e demográficas demonstradas nos padrões estatísticos. O padrão de homogeneidade, estabilidade e extensão dos fenômenos materializa e demarca a região no espaço (HAESBAERT, 2010).

Outra perspectiva de reconhecimento da região no Neopositivismo acontece através de um viés funcionalista. Neste caso, esta emerge como um subsistema de fluxos específicos, orientados especialmente pelas questões econômicas. Nesse entendimento estão as regiões funcionais, inspiradas na teoria do lugar central de Christaller. Segundo esta corrente teórica, o espaço regional se materializa e se identifica a partir de um centro polarizador urbano num âmbito regional, sobre o qual uma cidade-sede exerce raio de influência (GOMES, 2009; HAESBAERT, 2010).

Na Geografia Crítica, Gramsci reconhece a região como porção do espaço que comporta, além dos aspectos político-econômicos, a dimensão simbólico-cultural. Nesse

caso, a região não aparece com um simples artifício metodológico do pesquisador, mas como elemento construído a partir de práticas sociais específicas, configurando assim, os blocos histórico-regionais (HAESBAERT, 2010).

Na atualidade vivemos o período comumente denominado de Globalismo Moderno e, nessa temporalidade, novos incrementos técnicos e novas posturas socioculturais dotaram o espaço de uma dinâmica nova, tornando este mais acelerado e mais fluido. Neste sentido, de um lado Bardie (1995), sinaliza-se que os processos de globalização irão cada vez mais impor uma sociedade em rede, em detrimento de uma sociedade territorial, regionalizada. Por outro lado, geógrafos como Milton Santos veem no processo da Globalização o refortalecimento da região, reconhecendo o esvaziamento do seu conceito no prisma da Geografia Clássica, porém, atribuindo a esta, novo argumento com nova conotação teórico-conceitual que, por conseguinte, traz novas perspectivas para sua análise.

Na perspectiva de Milton Santos a região é, na verdade, o *locus* de determinadas funções da sociedade em um dado momento. Contrariando a tese de sucumbência da região, no argumento desse autor, a região seria o elemento-chave que daria suporte para o novo momento do capital globalizado; dos mercados sem fronteiras, das sociedades informacionais, com relações comerciais e de trocas culturais tão estreitas. Segundo ele, é na região que as identidades, os talentos da concorrência (com base em artefatos culturais localizados e próprios) que dão suporte ao mercado. Assim menciona que, “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos de outro nome” (SANTOS, 1996, p. 196, *apud* HAESBAERT, 2010).

A regionalização como expressão da região e instrumento de análise

Parece-nos inevitável construir um debate sobre a região enquanto categoria geográfica sem que esta discussão alcance reflexões sobre a regionalização, até por que o conceito de região surge prenhe às necessidades de setorizar o espaço para nele estabelecer estratégias de controle e intervenção. Diante do debate até aqui empreendido sobre o conceito de região ao longo do pensamento geográfico, entendemos que se a compreensão deste termo está para o plano do conceito de uma categoria, no sentido de pensar o objeto e método da Geografia, a regionalização está para a ação que, comportando preceitos políticos e ideológicos e também diferentes conteúdos teórico- metodológicos, confere recortes no espaço. Dos primeiros preceitos derivam sempre o fito de alguns sujeitos administrarem esses recortes espaciais. Neste viés, Arrais (2005) menciona que a região diz respeito a um conceito elaborado teoricamente e a regionalização é a expressão material congelada desse conceito.

Corroborando com essa ideia, Haesbaert (1999, p. 28) alude que:

Enquanto a região adquire um caráter epistemológico mais rigoroso, com uma delimitação conceitual mais consistente, a regionalização pode ser vista como instrumento geral de análise, um pressuposto metodológico para o geógrafo e, neste sentido, é a diversidade territorial como um todo que nos interessa, pois a princípio qualquer espaço pode ser objeto de regionalização, dependendo dos objetivos definidos pelo pesquisador.

Percebe-se que enquanto o conceito de região atende uma reflexão epistemológica do termo enquanto categoria da ciência geográfica, a regionalização está voltada para as estratégias de controle e ação do Estado num determinado recorte do espaço.

A REGIONALIZAÇÃO EM MATO GROSSO: DIRETRIZES DA MONTAGEM DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO DE CÁCERES

À exemplo que acontece no território brasileiro, no Estado de Mato Grosso os projetos de regionalização têm se fundamentado numa visão econômica, cujo objetivo é o de atender um ideário de gestão em prol do “desenvolvimento regional”. Diga-se de passagem, que este ideário de desenvolvimento comunga, por sua lógica, com o capitalismo hegemônico das grandes corporações transnacionais da atualidade, por que se assenta no que Fernandez e Alfaro (2011) chamaram de “desenvolvimento regional, a partir da verticalização do global para o local e na premissa da hierarquização dos atores que controlam as redes globais”.

Estes indícios de uma regionalização economicista fazem-se se refletir no Estado de Mato Grosso e deram base às políticas de regionalização que culminaram nas Regiões de Planejamento de Cáceres, conforme pauta nossa discussão em diante.

Os modelos de regionalização em Mato Grosso e suas bases teóricas

Ao longo da história, a começar pela origem da expressão *regiones* no império romano, o Estado tem sido elemento idealizador e também mobilizador das estratégias de criação e controle dos chamados “espaços regionais”.

Com o objetivo de efetivar as estratégias de intervenção política por parte do Estado no espaço, atualmente o diagnóstico e o planejamento destas intervenções acontecem sobre três modalidades de regionalização no território mato-grossense, sendo duas diagnósticas (regiões homogêneas e funcionais-polarizadas) que, interpoladas, culminaram numa terceira: as Regiões de Planejamento (CAMARGO, 2011).

A primeira regionalização diagnóstica levantou as unidades de paisagem a fim de demonstrar, nos diferentes recortes espaciais, as potencialidades naturais do território mato-grossense. De modo geral, entre outras especificidades estas áreas foram reconhecidas como: regiões de agricultura moderna em áreas consolidadas e recentes; Regiões de pecuária em áreas consolidadas, alagáveis e de expansão; Regiões canavieiras em áreas consolidadas e das áreas de transição; Regiões de agropecuária diversificada, Região de exploração madeireira, Extrativista mineral e vegetal; Regiões de núcleos de policultura - Antiga de baixa produtividade e de Baixa densidade; Regiões de Rondonópolis e Barra do Garças como polos regionais e agroindustriais; do Polo estadual Cuiabá/ Várzea Grande e de Nobres como polo cimenteiro (CAMARGO, 2011). Nessa perspectiva, a regionalização tem como base primeira o suporte oferecido pela natureza em forma de potencialidades “eco bióticas” e, por conseguinte, dos recursos naturais disponíveis.

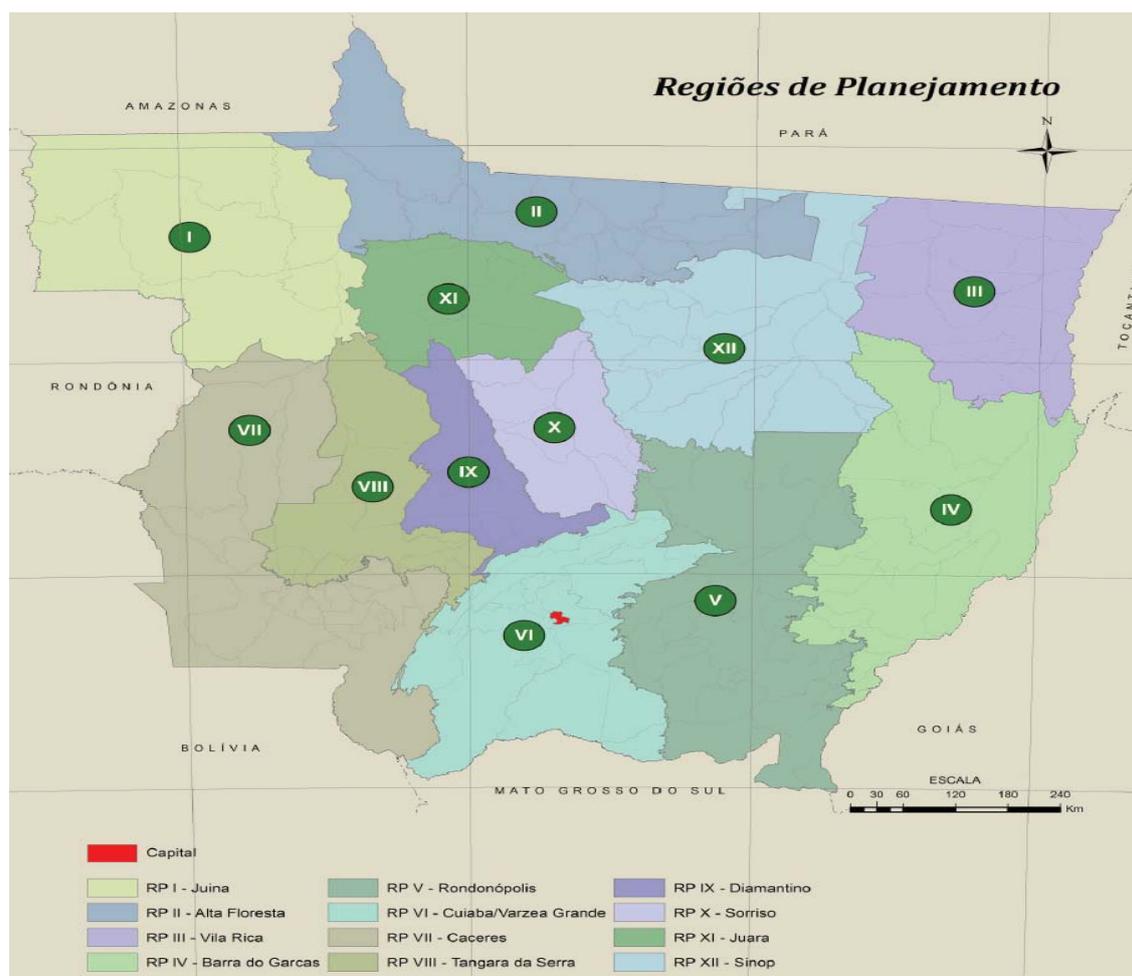
A segunda regionalização (funcionais-polarizadas) leva em consideração a polarização exercida pelos centros urbanos e pela infraestrutura que esses centros possuem para dar suporte às demandas da população nas suas áreas de influência (CAMARGO, 2011). Trata-se de uma regionalização orientada especialmente pelas questões econômicas e inspiradas na teoria do lugar central de Christaller e no anunciado da região de Kayser (1980), cujo recorte do espaço se identifica a partir da influência de um centro polarizador (HAESBAERT, 2010).

Com base neste conceito de hierarquia e funcionalidade, o estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Planejamento, reconhece treze regiões de influência, quais sejam: I- Noroeste 1/ Juína; II- Noroeste 2/ Juara; III- Centro- Norte 1/ Alta Floresta; IV- Centro-Norte 2/ Sinop; V- Centro- Norte 3/ Sorriso; VI- Nordeste Vila Rica/ Goiânia (GO); VII- Leste Barra do Garças/ Pontal do Araguaia; VIII- Sudeste Rondonópolis; IX- Centro-Sul

Cuiabá e Várzea Grande; X- Oeste 1/ Tangará da Serra; XI- Oeste 2/ Diamantino; XII- Oeste 3/ Comodoro/ Vilhena (RO) e XIII- Sudoeste/ Cáceres.

O próprio documento do Estado de Mato Grosso que reconhece as treze regiões de influência sintetiza que “o estudo tem o objetivo de hierarquizar o espaço regional dado pelo entendimento da posição ocupada pelos centros urbanos numa estrutura funcional, compondo uma relação hierarquizada de municípios com suas áreas de influência na rede de cidades do Estado” (SEPLAN-MT, 2000b, apud CAMARGO, 2011).

Da interpolação feita entre as Regiões Homogêneas com as Regiões Funcionais-Polarizadas, o Estado de Mato Grosso estabeleceu as Regiões de Planejamento (Figura 2).



Fonte: SEPLAN (MATO GROSSO, 2010).

Figura 2. Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso

Pode se dizer que a configuração dos recortes espaciais que culminaram nas Regiões de Planejamento do Estado de Mato Grosso, são produto das estratégias e interesses políticos alocados pelo Estado e seus agentes. A demarcação destes espaços é controversa por que não se associa de forma contundente aos conceitos sobre os quais uma região emerge. Arrais (2005) afirma que uma região se efetiva a partir da conexão de alguns elementos que lhe dão características e coesão numa certa escala do espaço. Estes elementos coesivos podem ser de ordem natural ou socioeconômica e cultural conforme já demonstrado.

A ESTRATÉGIA REGIONALIZANTE NA REGIÃO DE PLANEJAMENTO DE CÁCERES: CONTROVÉRSIAS, INTENÇÕES E CONSEQUÊNCIAS

A região faz sentido à medida que elementos da ordem da natureza ou das práticas socioeconômicas-culturais empreendidas pelo ser humano, interconecte lugares e confere uma certa característica a um dado recorte do espaço.

Controvérsias, intenções e consequências

Em Mato Grosso, o próprio Estado reconhece através das regiões homogêneas e regiões funcionais, alguns compartimentos que guardam características de coesão natural e de funcionalidade entre os municípios mato-grossenses. Neste caso, tanto nas regiões homogêneas quanto nas regiões funcionais, os municípios integrantes acabam por fazer parte de um recorte com características integradoras. Esse é o exemplo do município de Cáceres que integra a “região de pecuária em áreas alagáveis com presença de núcleos de policultura” juntamente com Poconé; ambas localizadas no Pantanal Mato-Grossense (CAMARGO, 2011, p. 25). Por outro lado, estas mesmas cidades ainda que, fazendo limites entre si, quando vistas pela óptica das regiões funcionais, se deslocam para regiões diferenciadas por que Cáceres articula polarização e funcionalidade com outros centros urbanos do Sudoeste do Estado, enquanto Poconé se encontra polarizado e ligado funcionalmente a Cuiabá (CAMARGO, 2011).

Vejamos o início de algumas controvérsias dessa regionalização na região de planejamento de Cáceres:

Checando as alocações dos municípios de Sapezal e Campos de Júlio em algumas regionalizações oficiais organizadas tanto pela Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso- SEPLAN-MT, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e ainda o trabalho de tese de doutoramento realizado por Ferreira (2014), as controvérsias na lotação desses municípios na Região de Cáceres, ficam bastante evidentes, conforme (Tabela1)

Tabela1. Alocação das cidades de Sapezal e Campos de Júlio em diferentes perspectivas de relacionamento e regionalização em Mato Grosso

Cidade	Região-IBGE	Micro-regiões geográficas-IBGE	Mesorregiões geográficas-IBGE	Regiões econômicas/homogêneas - SEPLAN	Região de influência-SEPLAN	Influências Urbanas-Ferreira (2014)
Sapezal	Centro de Tangará	Parecis	Norte Mato-Grossense	Regiões de agricultura moderna na fronteira recente	XII- Oeste 03/ Comodoro, Vilhena	Relações com Campo Novo (Tangará)
C. de Júlio	Centro de Vilhena	Parecis	Norte Mato-Grossense	Regiões de agricultura moderna na fronteira recente	XII- Oeste 03/ Comodoro, Vilhena	Relações de Saúde
Rio Branco	Centro de Cáceres	Jauru	Sudoeste Mato-Grossense	Regiões de núcleos de policultura	XII- Sudoeste/ Cáceres	Influenciado por Cáceres
Araputanga	Centro de Cáceres	Jauru	Sudoeste Mato-Grossense	Regiões de núcleos de policultura	XII- Sudoeste/ Cáceres	Influenciado por Cáceres
P. Esperidião	Centro de Cáceres	Jauru	Sudoeste Mato-Grossense	Regiões de núcleos de policultura	XII- Sudoeste/ Cáceres	Influenciado por Cáceres

Fonte: IBGE (2010), SEPLAN (MATO GROSSO, 2010) e FERREIRA (2014).

Do ponto de vista da localização e peculiaridades físicas da área das cidades demonstradas, Sapezal e Campos de Júlio situam-se no norte mato-grossense, em terreno do Chapadão dos Parecis. Já as demais cidades aqui exemplificadas por Araputanga, Rio Branco e Porto Esperidião, localizadas em diferentes pontos da Região pertencem ao sudoeste mato-grossense, cujas características naturais voltam-se para o Pantanal e cerrado em encostas de morraria na abrangência da Província Serrana.

Justificando a montagem das Regiões de Planejamento do estado de Mato Grosso, a SEPLAN-MT (MATO GROSSO, 2010) menciona que:

O ZSEE definiu as regiões de planejamento ao longo do processo de definição das Unidades Sócio-Econômicas-Ecológicas – USEE, para as quais foram considerados os modos de uso e ocupação, de organização da produção e os graus diferenciados de consolidação das atividades econômicas e os componentes da base natural. A estes critérios foram adicionados os estudos da hierarquia urbana, resultando nas Regiões de Influência. Para a utilização dessas regiões nos instrumentos de planejamento (que exigem limites administrativos), foi realizado um ajuste incorporando os limites dos municípios, considerando-se que o município pertencia à região onde estava localizada a sua sede.

No que tange aos aspectos das características econômicas, Sapezal e Campos de Júlio contrastam novamente: enquanto estas se caracterizam pela prática da agricultura moderna voltadas para a exportação, as cidades do sudoeste apontam-se como cidades de policultura e pecuária. Já nas regiões de influência da SEPLAN-MT, as cidades do Chapadão dos Parecis se relacionam com Comodoro e Vilhena. Por outro lado, os estudos de doutoramento de Ferreira (2014) apontam relações mais intensas de Sapezal com Campo Novo do Parecis que, por sua vez, é polarizado diretamente por Tangará da Serra. As outras cidades colonizadas na Marcha para o Oeste tem polarização direta de Cáceres.

Com base nos preceitos teórico-metodológicos sobre a Região, a pergunta que se faz é: até que ponto os modos de uso e ocupação, de organização da produção, consolidação das atividades econômicas, os componentes da base natural e a hierarquia urbana de Cáceres apresentam coesão com as cidades de Sapezal e Campos de Júlio, a ponto de justificar as suas alocações na Região de Planejamento de Cáceres? Se essa coesão é inexistente, que interesses carregam?

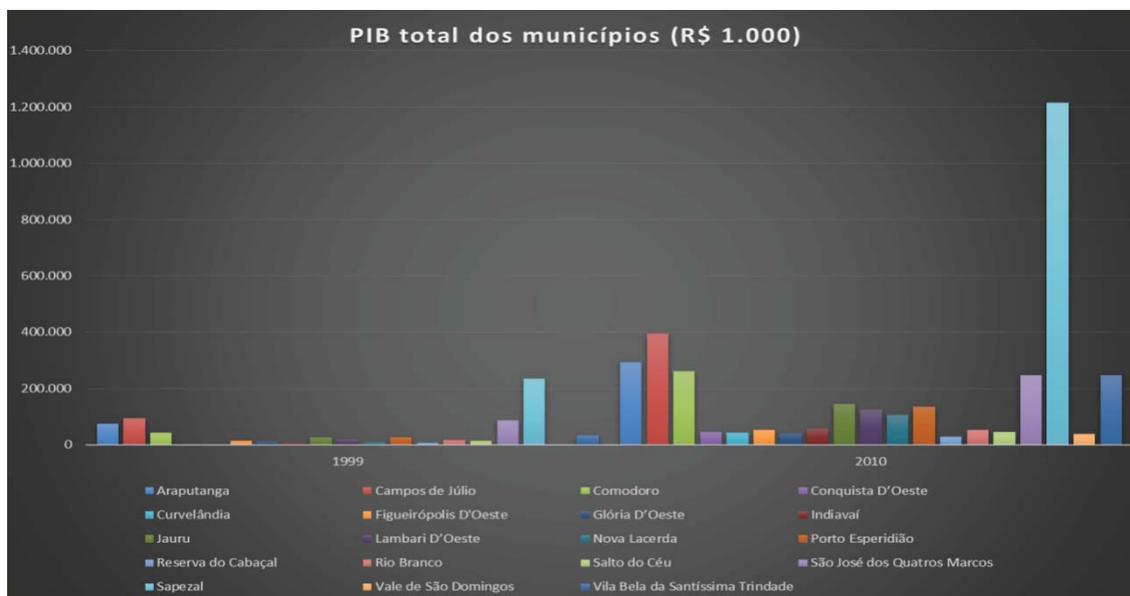
Em determinado dia, em uma reflexão acadêmica, discutindo o temário Região e regionalização, deparamo-nos como uma assertiva que “o poder de organizar o espaço é do rei e ele (o rei) defende seus interesses”. Ora, se o “rei” é o Estado, este demarca e organiza o território segundo suas pretensões que nem sempre representa o interesse comum, mas sim, de um grupo em comum. E estes interesses são políticos e econômicos.

Os municípios de Sapezal e Campos de Júlio quando analisadas no conjunto das pequenas cidades da Região de Planejamento (cidades com população até 20 mil habitantes, conforme Soares, 2014), impressionam pelos seus números na produção de riqueza (Figura 3).

Os dados do PIB de Sapezal e Campos de Júlio sobressaem nitidamente sobre os dos outros municípios dentro da Região de Planejamento. Estes dados tabulados em termos de médias aritméticas da produção regional podem contribuir para diminuir e mascarar a distorção que ocorre na geração de riqueza no interior do território Mato-Grossense, neste caso específico, das cidades que realmente compõem a região da grande Cáceres, que se encontram esquecidas e carentes de maiores investimentos por parte do poder público e iniciativa privada.

Estudos mais recentes de Ferreira (2014) apontam que a Região de Planejamento como um todo tem uma pequena participação destes no PIB do Estado, o primeiro e o terceiro maior valor deste indicador entre as unidades político-administrativas em estudo pertencem, respectivamente,

a Sapezal e Campos de Júlio e que, sem estes, considerando somente a participação dos demais municípios da Região de Cáceres na economia estadual, esta seria reduzida a apenas 6,07%. Ou seja, apenas os dois municípios do Chapadão dos Parecis representam 33,33% de todo o Produto Interno Bruto relativo a 22 municípios da Região de Planejamento de Cáceres.



Fonte: IBGE (2010).

Figura 3. Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) das pequenas cidades da região de Planejamento VII, entre 1999 a 2011

Agrupar as cidades de Campos de Júlio e Sapezal na Região de Planejamento de Cáceres pode ser uma estratégia bastante interessante, dependendo do ideário que se pretende veicular, ao mesmo tempo, que se escamoteiam outros. Corroborando com esta assertiva, vejamos como esse ideário se reproduz em alguns apontamentos sobre o conteúdo e potencialidades econômicas da região, quando perpassadas pelo Estado e/ou representantes do setor empresarial (Quadro 1).

Quadro 1. Comunicações sobre a Região de Planejamento por órgãos oficiais

- A participação da produção da região Sudoeste no PIB do Estado praticamente não sofreu modificação, mantendo-se acima de 9% entre 2004 e 2009. A taxa de crescimento do produto regional em termos reais no período 2004/2009 foi de 16,4%, próxima a do Estado como um todo (21,2%).
- A região de Cáceres tem Produto Interno Bruto total estimado em R\$ 2,9 bilhões (2005), equivalente a 10,1% da economia mato-grossense, terceira maior contribuição para o produto do Estado, inferior apenas às regiões de Cuiabá/Várzea Grande e de Rondonópolis, e praticamente empatado com a região de Sorriso.
- A produção agrícola da região Sudoeste é representativa no Estado e, segundo o IBGE, deverá representar 10% do total de grãos e 13% ou 2,2 milhões de toneladas da safra de cana de açúcar do Estado em 2012. Além do algodão herbáceo (21%) e o feijão (17%), a cana de açúcar (13%) e a produção de sorgo (12%) tem representatividade na produção estadual, destacam-se ainda o volume produzido de soja (2 milhões de toneladas) e de milho (1 milhão de tonelada).
- A produção agropecuária da região Sudoeste representa 13,5% de todo PIB setorial de Mato Grosso, o que lhe confere a segunda posição na contribuição para o setor no Estado, abaixo apenas da região de Sorriso.
- A região Sudoeste tem participação importante nas exportações de Mato Grosso, alcançando 10,6% do total exportado pelo Estado em 2011.

Fonte: MT+ 20 e FIEMT (2010).

Para o ideário político e econômico de Estado esta área, caracterizada pelo cultivo em larga escala de grãos, expressa o que poderíamos chamar de “zona de conforto” da região, por que serve como instrumento para alavancar números do Produto Interno Bruto e seus deriváveis (renda per capita, por exemplo). Por outro lado, tais números alocados desses municípios, perpassam a ideia de uma região de produção de riqueza, de geração de empregos, de captação de investimentos em infraestrutura e que está presente e engajada no circuito do atual modelo de desenvolvimento que tem gerado superávit à balança comercial do Estado. Portanto, não se encontra esquecida e alheia dos planos de desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos fundamentos teóricos com os quais dialogamos, analisados os principais processos de regionalização no Estado de Mato Grosso e verificados como estes se desencadearam na consolidação da Região de Planejamento de Cáceres-MT, uma conclusão se emerge: as cidades de Campos de Júlio e Sapezal possuem características do quadro natural diverso do observado nos município que foram colonizados a partir de Cáceres nas décadas de 1960 e 1970 e que, na sua maioria, se conectam por contiguidade no espaço. Por outro lado, também não estabelecem relações socioeconômicas com as outras cidades e, tampouco, são influenciadas pela cidade polo que é Cáceres. Diante disso, é descabida a alocação destas cidades nesta Região de Planejamento, por que as relações de coesão **não** se observam entre estes municípios com os demais do conjunto regional.

Como a regionalização perpassa comumente pelo interesse do Estado em setorizar o espaço para organizar sua gestão, a constituição da Região de Planejamento de Cáceres carrega no seu conteúdo interesses e estratégias políticas e econômicas. Evidencia-se neste processo que, ante os dados aritméticos oriundos da junção de cifras que são provenientes da produção de Campos de Júlio e Sapezal, constrói-se um média de produção que nivela esta porção do Estado diante das outras; minimizando a ideia de diferenças regionais. Além disso, permite levantar uma falsa ideia de que se trata de um recorte do Estado com resultados positivos, tanto em nível de produção econômica, quanto em **relação à estrutura urbana e social**. Ou seja, a inclusão destes municípios na Região de Planejamento permitiria pensar que se trata de uma região de economia diversificada, dinâmica e bem servida pelo poder público estadual. Escamotearia gargalos na alocação de recursos e investimentos em infraestrutura, assim como percebidos no contraste entre as boas condições de BR 364 (que se constitui o principal canal de exportação da soja produzida pelo grupo Amagi), com asMTs 175 e 286 em péssimas condições nos arredores de São José dos Quatro Marcos, Araputanga e Jauru. Isso pode camuflar possíveis evidências de desigualdades intra-regional.

Enfim, esta regionalização serve o Estado para esvaziar as contradições e os conflitos econômicos, sociais e políticos. E este é um fato bastante preocupante, por que implica diretamente no enfraquecimento de reclames populares e de possíveis mobilizações busquem alternativas mais eficazes e includentes de desenvolvimento regional; por que está substantivada às reais demandas da população no âmbito dos seus desafios locais.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, T. P. A. **A região como arena política**. Goiânia: Vieira. 2007.
BADIE, B. **O fim dos territórios**. Lisboa: Instituto Piaget. 1995.
CAMARGO, L. (org.) **Atlas de Mato Grosso: abordagem socioeconômica/ecológica**. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.

- CASTRO, I. E.de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- FIEMT. Federação das Indústrias no Estado de Mato Grosso. **Indicadores e potencialidades econômicas**. Região: Sudoeste do Estado de Mato Grosso, 2010.
- FERNÁNDEZ, R. V.; ALFARO, B. M. **Ideias e políticas do desenvolvimento regional sob variedades do capitalismo**: contribuições da periferia. Curitiba, PR: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social 2011.
- FERREIRA, E. **Cáceres**: capital regional no contexto de Mato Grosso. Tese (Doutorado em Geografia). Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ. 2014.
- GOMES, P. C. da C. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, I. E.de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009.
- HAESBAERT, R. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**. ano 1, n. 1, 1999.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=51&search=mato-grosso>>. Acesso em: 20 jul. 2013.
- KAYSER, B. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, P. **A geografia ativa**. 5.ed. São Paulo: Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.
- LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2009.
- MATO GROSSO (Estado) Secretaria de Planejamento de Coordenação Geral. **Anuário Estatístico de Mato Grosso, 2010**. v. 32. Cuiabá: SEPLAN, 2011.
- _____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. **Plano de desenvolvimento do estado de Mato Grosso**. MT+20. Versão técnica – parte II. Cuiabá: SEPLAN-MT, 2010.
- MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. 20.ed. São Paulo-SP: Annablume, 2005.
- MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). **Revista Ciência Geográfica**. Bauru: AGB, n. 6, abr. 1997.
- _____. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2010.
- MORENO, G. **Os (des)caminhos da apropriação capitalista da Terra em Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH-USP, São Paulo, 1999.
- SCHAEFER, F. K. **Annals of the Association of American Geographers**. v. 43, n. 3. 1953.
- SOARES, J. C. de O. **Pequenas cidades da região de Cáceres – MT**: papéis e significados na dinâmicasocioeconômica regional. Tese (Doutorado em Geografia). Niterói – RJ: UFF, 2014.
- SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.